

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1572 | 27 DE MAIO A 1º DE JUNHO DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

SEM CRISE, BANCOS AUMENTAM LUCROS, CORTAM EMPREGOS E FECHAM AGÊNCIAS



No 1º trimestre de 2019, BB, Itaú, Bradesco e Santander lucraram juntos R\$ 20,85 bi
(pág. 3)

ELEIÇÃO PARA DIRETORIA DO SINDICATO ACONTECE NOS DIAS 2, 3 E 4 DE JULHO

Uma única Chapa se inscreveu para disputar o pleito – a
CHAPA 1 – UNIDADE PRA LUTAR
(pág. 5)

APROVEITE AS VANTAGENS DA PARCERIA COM A UNIMED

Bancários associados que aderirem até 14/6 estarão isentos da 1ª parcela. **Dia 5/6**, a partir das 9h, na sede do Sindicato – café da manhã para divulgar os benefícios da parceria. **Participe!**

Artigo

DEFENDER AS EMPRESAS PÚBLICAS É DEFENDER O BRASIL

Na última semana, as bancadas do PSB, PDT, PT, Podemos e PCdoB na Câmara dos Deputados apresentaram um projeto de lei (PL 3091/2019), subscrito pelas lideranças destes partidos e protocolado dia 22/5, para que as propostas de privatização da Eletrobrás, Petrobras, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Correios, Casa da Moeda, BNDES e suas respectivas subsidiárias precisem ser aprovadas por lei.

Para o deputado Danilo Cabral (PSB/PE), idealizador do projeto, é fundamental que haja debate público sobre o tema e a devida discussão no parlamento. A partir desse PL, tais empresas só poderão ser privatizadas por meio de leis que passem pela tramitação no Congresso. Representantes dos trabalhadores se reuniram com o deputado e outros parlamentares para discutir e mostrar seu apoio à propositura.

Todos sabemos que o governo Bolsonaro elegeu como prioridade o desmonte dos direitos dos trabalhadores, da seguridade social e, de forma ferrenha, a entrega das empresas públicas ao capital privado/estrangeiro. Os bancos públicos, assim como outras empresas estratégicas, estão sofrendo sucessivos ataques. Declarações e ações do Ministro Paulo Guedes e de outros representantes do atual governo, indicados para dirigirem essas empresas, atacam não somente a soberania nacional, mas também, de forma covarde e irresponsável, os seus funcionários.

E o governo Bolsonaro não tem perdido tempo para colocar em prática seu plano de desmonte. No dia 16/5, durante cerimônia na Câmara de Comércio Brasil-EUA, Guedes foi aplaudido de pé por empresários americanos quando disse que vai transformar o Brasil em uma economia de mercado, acabar com o monopólio do mercado de petróleo e gás e fundir o Banco do Brasil com o Bank of America, nos mesmos moldes da realizada entre a Boeing e a Embraer. Isso é, definitivamente, o fim da nossa soberania nacional.

Quanto aos bancos públicos, destacamos o papel estratégico que essas instituições sempre tiveram para o desenvolvimento do país. Estes são os principais responsáveis pelo crédito em todo o país: por exemplo, por 100% do crédito imobiliário nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e esse percentual chega a 99,9% no Sul, 94,5% no Norte e 66,8% no Sudeste. Na carteira de crédito rural, vemos o mesmo cenário, chegando a 100% de crédito no Norte, 89,5% no Nordeste, 82,1% no Centro-Oeste, 70,8% no Sul e 68,3% no Sudeste.

Além disso, de acordo com o Banco Central, 950 (17%) municípios dos 5.590 municípios brasileiros são atendidos apenas por bancos públicos. Caso estes sejam privatizados, provavelmente 57% das cidades brasileiras ficarão sem agências bancárias. A população destas áreas terá que se deslocar para outros municípios para ter acesso a serviços básicos, como o saque da aposentadoria. São lugares que os bancos privados não querem estar. Para eles, só interessa estar onde conseguem lucrar com a população.

Iniciativas como esse PL são bem-vindas pelo movimento sindical que vê em determinados setores do Parlamento, aliados importantes na defesa das empresas públicas e da soberania nacional. Estaremos na linha de frente dessa luta. A defesa dos bancos e demais empresas públicas é uma das prioridades da categoria bancária.



*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

LUCRATIVIDADE

EM MEIO À CRISE, QUATRO GRANDES BANCOS LUCRAM R\$ 20,85 BILHÕES

Em meio à recessão econômica que se instaurou no país nos últimos cinco meses, com aumento do desemprego, crescimento da desigualdade social, retração na projeção do PIB e sequências de alta nos preços do dólar e do combustível, os bancos permanecem lucrando. Só no primeiro trimestre de 2019, os lucros de quatro grandes bancos do país (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander), juntos, somaram R\$ 20,85 bilhões, um crescimento médio de 19,8% em doze meses. A rentabilidade varia entre 16,8% (do Banco do Brasil) e 23,6% (Itaú). Portanto, seguem elevados a lucratividade e o retorno desses bancos, apesar do difícil cenário econômico pelo qual o país passa.

Os quatro ativos somados totalizaram R\$ 5,3 trilhões, com alta média de 7,8% em relação a março de 2018. A carteira de crédito total dos quatro bancos juntos atingiu R\$ 2,3 trilhão, com alta de 6,9% no período. No segmento de Pessoa Física, os itens com as maiores altas são empréstimos consignados/ crédito pessoal, o financiamento imobiliário e cartão de crédito.

Para Pessoa Jurídica, as carteiras de comércio exterior e veículos foram as que apresentaram variações mais expressivas. Com o crescimento das carteiras de crédito dos bancos, as despesas com devedores duvidosos (PDD) também cresceram (exceto no Santander e no BB). Contudo, no Bradesco, essas despesas tiveram alta em maior proporção do que o crescimento da respectiva carteira (36,7%).

Os bancos seguem ganhando com a prestação de serviços e a cobrança de

BANCO	LUCRO 1º TRIMESTRE	EMPREGOS (EM 12 MESES)	REDE DE AGÊNCIAS
BANCO DO BRASIL	R\$ 4,2 BILHÕES	-1.414 postos	31 agências e 187 postos fechados
ITAÚ	R\$ 6,9 BILHÕES	+ 361 postos	60 agências físicas fechadas e 35 digitais abertas
BRADESCO	R\$ 6,2 BILHÕES	+ 1.563 postos (Área de negócios)	114 agências e 54 postos fechados
SANTANDER	R\$ 3,485 BILHÕES	-623 postos	28 agências abertas

tarifas e, apenas no 1º trimestre de 2019, os quatro bancos já arrecadaram, aproximadamente, R\$ 27,2 bilhões nesse item. Essa receita secundária cobre com folga as despesas de pessoal dessas instituições, incluindo-se, o pagamento da PLR. A cobertura das despesas de pessoal pela receita de prestação de serviços e tarifas variou entre 118,0% (no BB) e 195% (no Santander).

Outra conta que vem chamando a atenção é a de resultado com imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). No 1º trimestre de 2019, Bradesco, Santander, Itaú e Banco do Brasil, gastaram R\$ 2 bilhões a menos em tributação do que no mesmo período de 2018. Parte dessa economia se deve a entrada de créditos tributários referentes a prejuízos em algumas operações, registrados no ano anterior e, outra parte, deve-se à redução da alíquota a partir de janeiro de 2019.

Com relação aos postos de trabalho nos bancos o saldo foi positivo no Itaú (361 novos postos abertos em doze meses), porém, no trimestre houve fechamento

de 597 postos. No Santander, o saldo foi negativo em 623 postos. O Bradesco apresentou saldo positivo em relação a março de 2018, em função de contratações para a área de negócios do banco. Foram abertos 1.563 novos postos de trabalho. Já, no Banco do Brasil o saldo foi negativo em 1.414 postos.

Quanto à rede de agências, Santander apresentou saldo positivo, de 28 novas agências abertas. No Itaú, por sua vez, foram fechadas 60 agências físicas e abertas 35 agências digitais, as quais já somam 195 unidades. No Bradesco, o saldo foi negativo em 114 unidades. E, por fim, o Banco do Brasil fechou 31 agências no período. As apostas e os investimentos dos bancos seguem no sentido da priorização pelo atendimento digital. Agências digitais, agências-café (com outros espaços e serviços no mesmo ambiente do atendimento bancário – o que nos traz grandes preocupações quanto a segurança desses ambientes; além da condição de trabalho/saúde desses bancários), aplicativos para smartphones, inteligência artificial, entre outros.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**DIANTE DE NOVO PDVE, EMPREGADOS COBRAM REPOSIÇÃO DOS QUADROS**

O s empregados da Caixa Econômica Federal, através da Contraf-CUT, estão reivindicando a reposição do quadro de bancários da Caixa. O banco encerrou 2018 com o menor número desde 2014, quando trabalhavam na Caixa 101 mil pessoas. Hoje são 84 mil. Para piorar, o presidente da Caixa anunciou, dia 17/5, o novo programa de demissão voluntária (PDVE). O objetivo é reduzir até 3,5 mil dos 28 mil empregados que trabalham na matriz e em escritórios regionais da Caixa. O prazo para adesão dos interessados é até 7/6.

Este é o terceiro PDVE aberto pela Caixa nos últimos anos. No primeiro, em 2017, o alvo eram os empregados aposentados pelo INSS ou que poderiam se aposentar até 30 de junho daquele ano. Em julho, o banco anunciou a reabertura para completar a meta de 10 mil que não foi cumprida inicialmente.

Todos os planos implementados partiram de uma decisão unilateral do banco, sem qualquer tipo de negociação com os representantes dos trabalhadores. Essa é mais uma tentativa do governo de enfraquecer o banco, num modelo que se parece muito com o que era praticado na era FHC, nos anos 90. As demissões desenfreadas, tidas como voluntárias, serão aceleradas. O sonho de uma Caixa sintonizada com os desafios do Brasil ficará cada vez mais distante. O banco é um dos maiores instrumentos de política social, mas esse perfil será riscado do mapa caso esse processo obtenha êxito.

CONCURSO 2014 – Diante dos protestos, a Caixa anunciou que os candidatos aprovados no concurso de 2014 começam a ser chamados a partir do dia 3/6, sem estipular quantos seriam chamados. Se-



“A nossa luta é para melhores condições de trabalho e de atendimento à população. Para isso, precisamos de mais trabalhadores e não menos. O desmonte da Caixa pelo governo Bolsonaro está cada dia mais claro, mas estamos lutando diariamente contra o sucateamento do banco e pela manutenção da Caixa 100% pública, o que é fundamental para o desenvolvimento do país”
Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae

gundo o banco, a convocação será feita conforme a necessidade e estratégia da instituição financeira. A expectativa é que 25% desse público seja composto por pessoas com deficiência física. De acordo com dados da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), no ano passado houve uma redução de 2.728 funcionários no quadro de pessoal do banco.

EMPREGADOS DEVEM DENUNCIAR AMEAÇA DE DESCOMISSIONAMENTO

A Contraf-CUT tem recebido, por intermédio dos sindicatos de todo o Brasil, denúncias de que empregados da Caixa receberam MO 21 182, que apresenta diversas questões subjetivas como se fossem critérios objetivos para o descomissionamento sumário, como forma de pressão. Esta é mais uma das artimanhas utilizadas pela direção do banco para facilitar a retirada de função dos empregados, retirada de direitos, e o desrespeito à incorporação de função, que garante a manutenção da remuneração da função para o empregado que tenha exercido o cargo por pelo menos 10 anos.

O MO 21 182 faz parte do RH 184 versão 33, editado pelo banco em 2016, que também criou o Caixa Minuto, acabando com a função de caixa, e formulou a tese do “descomissionamento motivado” (Motivo de Descomissionamento 952), que não garante direito ao asseguramento – pagamento do valor da gratificação de função por um prazo de tempo – e nem à incorporação das gratificações de função.

A orientação aos empregados que receberem um MO 21 182 é procurar o Sindicato para que o caso seja analisado e, após atuação junto ao banco, os direitos sejam preservados. O sigilo é garantido.



ELEIÇÃO

CHAPA ÚNICA CONCORRE ÀS ELEIÇÕES DO SISTEMA DIRETIVO DO SINDICATO

O Sindicato dos Bancários do Ceará vai realizar nos dias 2, 3 e 4 de julho as eleições para o sistema diretivo da entidade para o período 2019/2023. Durante o período aberto para as inscrições de chapas, que terminou na última sexta, 17/5, apenas uma chapa inscreveu-se para concorrer às eleições, a Chapa 1 – Unidade Pra Lutar, encabeçada pelo atual presidente, Carlos Eduardo, funcionário do Banco do Brasil.

Diante de um cenário de retirada de direitos da classe trabalhadora, com o país comandado por representantes da extrema direita, o movimento sindical bancário no Ceará resolveu unificar forças para defender a categoria e os direitos de

As eleições para o
Sistema Diretivo do
Sindicato dos Bancários
do Ceará, acontecem dias
2, 3 e 4 de Julho
Participe!

todos os trabalhadores. Assim, a Chapa 1 – Unidade Pra Lutar, reúne correntes de pensamentos diversas oriundas das principais centrais sindicais do país, com

a certeza de que somente com a união de todos conseguiremos derrotar as forças reacionárias que aí estão, defendendo, sobretudo, os interesses dos bancários.

Sendo assim, não deixe de participar desse processo democrático. Com um cenário político e econômico tão negativo para a classe trabalhadora, faz-se necessário, mais do que nunca, fortalecer as entidades sindicais que estão na linha de frente em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores. Participe da eleição. Fortaleça o seu Sindicato!

A nova diretoria deve tomar posse no dia 28 de agosto, data em que se comemora o Dia do Bancário.

MINISTRO PAULO GUEDES QUER VENDER O BANCO DO BRASIL PARA OS EUA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deu mais um indício de que o projeto do governo Bolsonaro é de desmontar e vender os bancos públicos do país. Em discurso nos Estados Unidos, na última semana, Guedes disse que pretende entregar o Banco do Brasil ao Bank of America, nos moldes do que foi feito “entre a Embraer e Boeing”.

“Vamos procurar fazer uma fusão entre o Banco do Brasil e o Bank of America. São bancos bons para empréstimos agrícolas. Já fizemos

uma nova relação entre a Embraer e Boeing. Vamos construir empresas transnacionais. Vamos ultrapassar as nossas fronteiras na procura de melhores oportunidades econômicas”, disse o ministro.

Antes de tomar posse, ele já tinha indicado esta intenção, dizendo que uma fusão abriria as portas para o banco americano atuar no Brasil e aumentaria a competição no setor bancário. Esta gestão nunca escondeu o que pretende fazer com o Banco do Brasil e com os

demais bancos públicos: é vender, fatiar, desmontar e privatizar. Os ataques ao patrimônio de todos os brasileiros trarão consequências nefastas, e que serão sentidas pelos mais pobres, já que afetaria o financiamento da agricultura, a habitação popular e os programas sociais, por exemplo.

Por isso que temos de continuar mobilizados enquanto categoria bancária para impedir que este e outros desmandos contra os interesses dos brasileiros saiam do papel.

FORMAÇÃO**ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA
CURSO PREPARATÓRIO PARA CPA-10**

O Sindicato dos Bancários do Ceará, através da Secretaria de Formação, está com inscrições abertas para o curso preparatório para o exame CPA-10 (Anbima). As aulas terão início no próximo dia 10 de junho, com aulas presenciais na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro) até o dia 18/6.

O curso é exclusivo para bancários sindicalizados e é realizado em parceria com o professor João Henrique Lemos, com o objetivo de atender uma demanda permanente da categoria bancária, além de contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional e ascensão no mercado do trabalho.

Os alunos terão acesso a material atualizado, cópia de todos os slides utili-



zados durante o curso, exercícios e simulados com aproximadamente 300 questões resolvidas e comentadas em sala de aula. O conteúdo programático inclui Sistema Financeiro Nacional, Ética de Regulamentação, Análise do Perfil do Investidor (API), Noções de Economia e Finanças, Princípios de Investimentos, Fundos de Investimento

e Demais Produtos de Investimentos.

O curso de CPA-10 destina-se a certificar profissionais que desempenham atividades de comercialização e distribuição de produtos de investimento diretamente junto ao público investidor em agências bancárias. A CPA-10 certifica profissionais que atuam na prospecção ou venda de produtos de investimento diretamente para o público, em agências bancárias ou plataformas de atendimento.

O investimento é de R\$ 299,00, podendo ser parcelado em até 12x no cartão de crédito pela PagSeguro. As inscrições podem ser feitas na secretaria de Formação (85 3252 4266 – com Jantener) ou com o professor João Henrique Lemos (85 99925 9380 ou www.joaohenriquelemos.com).

CEF: GDP NÃO SERVE PARA PROMOÇÃO POR MÉRITO

Na quarta-feira, 22/5, aconteceu mais uma reunião da Comissão Paritária da Promoção por Mérito. Na ocasião, foram retomadas as discussões sobre critérios para a promoção por merecimento 2019/2020.

Na reunião, a Caixa trouxe enfim informações dos impactos da promoção por mérito 2019, ano base 2018, e trouxe a proposta de novos critérios para 2020, ano base 2019. Segundo o banco, os critérios foram construídos a partir de análises de mercado realizadas com outras empresas públicas e levando em conta que, na sua avaliação, os empregados tem dificuldade em fazer a distinção entre a “avaliação subjetiva” da promoção por mérito e a “avaliação do estilo” da GDP. Na proposta do banco, os deltas seriam distribuídos ao empregado que obtiver o desempenho consolidado na GDP nos



quadrantes eficaz, superior em estilo, superior em resultado e excepcional. No último ciclo do instrumento, os empregados que não ocupam função gratificada/cargo comissionado efetivo foram incluídos, passando, pela primeira vez, a ser aplicado para todos.

Entretanto, os representantes dos

empregados consideram que o GDP não é uma ferramenta adequada para promoção. Atualmente, a nota da GDP já define a participação em PSI's e descomissionamentos. O resultado do instrumento, de acordo com a Caixa, é disponibilizado sempre após o fechamento do balanço do banco, o que extrapola o prazo definido para o pagamento dos deltas, que é janeiro. Além disso, por entender que se trata de instrumento de gestão, a Caixa não discute o conteúdo da GDP com a

representação dos empregados. Portanto, não é a ferramenta adequada para promoção. Os representantes dos empregados vão se reunir para debater a proposta da Caixa e formular uma contraproposta a ser apresentada na próxima reunião da Comissão Paritária, agendada para 4/6.

ITAÚ: NEGOCIAÇÃO COM O BANCO DISCUTE EMPREGO E SAÚDE

Em negociação realizada dia 23/5, os bancários do Itaú foram cobrar a direção do banco sobre a informação que ganhou o noticiário nas últimas semanas de que 400 agências seriam fechadas em todo o Brasil. A instituição garantiu que a informação não é verdadeira e manteve os dados passados no último encontro. Até a data da reunião, houve 86 fechamentos de agências no Brasil, que envolveram 501 funcionários. Desses, foram realocados 460 trabalhadores e 41 foram demitidos.

Quanto à garantia de emprego, o banco informou que 94% dos trabalhadores foram realocados e que não pretende demitir os funcionários. O encontro também marcou o retorno do Grupo de Trabalho de Saúde, que foi interrompido na época do Campanha Nacional 2018.

O primeiro tema debatido foi a cláusula 29, que é a complementação do auxílio doença previdenciário e o auxílio acidentário. Os bancários reivindicam que os afastados possam pagar a dívida de forma parcelada. O banco apresentou uma



“Nós queremos garantia que os trabalhadores não serão demitidos nem prejudicados com o fechamento de agências. Vamos acompanhar a realocação dos

trabalhadores e cobrar soluções efetivas para as questões relativas à saúde e condições de trabalho”

Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetrafi/NE na COE Itaú

nova metodologia, que já vem aplicando há algum tempo, de retirar a dívida da complementação da conta do trabalhador em até três vezes para não deixar a conta negativada. Os representantes dos funcionários consideram isso é insuficiente.

O banco atendeu a reivindicação dos bancários e apresentou o programa de

acompanhamento dos licenciados que é conduzido por assistentes sociais dentro do Fique OK e o programa de avaliação clínica complementar, implementados em alguns estados. Nele, os trabalhadores com atestado de afastamento acima de 4 dias, se apresentam para agilizar o processo.

Onde já existe o programa, que não é o caso do Ceará, o atendimento tem melhorado. Porém, o movimento sindical é contra o sistema de revalidação de atestados. Em relação ao programa de readaptação do banco os bancários reivindicam a volta das negociações para adequar o programa.

Foi cobrado do banco ainda a solução para os problemas na entrega dos documentos do afastamento. Foi debatida a possibilidade da implementação da entrega desses documentos na plataforma do IU Conecta para diminuir os problemas. Os representantes dos trabalhadores cobraram ainda a definição de calendário para as reuniões do GT. A ideia é fazer reuniões periódicas para avançar os temas em debate.

SANTANDER: GERÊNCIA GERAL DE AGÊNCIA COMPARTILHADA NÃO CARACTERIZA CARGO DE GESTÃO

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) entendeu que um gerente comercial do Santander que compartilhava a gerência geral de uma agência em Belo Horizonte (MG) não se enquadra na regra da CLT que afasta o pagamento de horas extras. De acordo com a jurisprudência do TST, bancários que exercem a gerência comercial ou a gerência operacional não se revestem individualmente de autoridade máxima na agência.

O artigo 62, inciso II, da CLT excepciona os gerentes da duração normal da jornada (oito horas), “assim considerados os exercentes de cargos de gestão”. O artigo 224, parágrafo 2º, por sua vez, excluiu da jornada especial de seis

horas os bancários que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a um terço do salário do cargo efetivo.

Na reclamação trabalhista, o bancário disse que o contrato previa jornada de oito horas, mas que o trabalho ultrapassava esse limite diariamente, às vezes se estendendo até às 22h. Ele sustentou que não tinha poderes de gestão, pois se reportava à superintendência no caso de precisar sair mais cedo, e que assinava de forma conjunta documentos com o outro gerente. Por isso, entendia que tinha direito ao pagamento das horas extras.

JURISPRUDÊNCIA – A relatora do recurso de revista do bancário, ministra Kátia Magalhães Arruda, destacou que, segundo o TRT, “em casos como esse, em que a administração da agência bancária é exercida de forma compartilhada entre o gerente comercial e o gerente operacional, a jurisprudência do TST se firmou no sentido de que não há incidência do artigo 62, inciso II, da CLT”, afirmou. Por unanimidade, a Turma reconheceu o enquadramento do bancário no artigo 224, parágrafo 2º, da CLT. O processo agora retornará ao juízo de primeiro grau para o exame de todos os aspectos apontados pelo gerente no pedido de horas extras, como o intervalo intrajornada e a jornada em atividade externa em campanhas universitárias.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**SINDICATO PARTICIPA DE REUNIÃO PARA VIABILIZAR PARCERIA ENTRE DIEESE E BNB**

O Sindicato dos Bancários do Ceará participou na última quinta-feira, dia 23/5, na sede administrativa do Passaré, de uma reunião entre o Dieese Ceará e o superintendente de Microfinanças e Agricultura Familiar do Banco do Nordeste do Brasil, Alex Araújo. O objetivo foi apresentar ao BNB um projeto de pesquisa sobre os valores da cesta básica em nível de Nordeste. Representando a entidade esteve a diretora do SEEB/CE, Carmen Araújo.

De acordo com o coordenador do Dieese – Escritório Ceará, Reginaldo Aguiar, a pesquisa era realizada nos 27 estados do País, entretanto o projeto passou a ser contingenciado devido, principalmente, aos efeitos da MP 873/2019, do governo Bolsonaro, que minou consideravelmente o financiamento das entidades sindicais e ligadas aos trabalhadores.

A intenção é criar uma parceria entre o Dieese e o BNB para realização da pesquisa da cesta básica no Nordeste, ampliando-a inclusive, para a captação



“A pesquisa da cesta básica é um importante indicador econômico que já está sendo descontinuado em alguns estados por conta dos impactos da MP 873 de Bolsonaro. Assim como essa, outras pesquisas do interesse da atuação do Banco poderiam vir a ser realizadas com o importante apoio e conhecimento do Dieese/CE, fortalecendo o papel do BNB como o principal agente de desenvolvimento da nossa região”
Carmen Araújo, diretora do Sindicato dos Bancários do Ceará e funcionária do BNB

de preços no atacado. O Dieese poderia ainda ampliar a parceria para novas pesquisas no ambiente da Agricultura Familiar, pois agora conta com o Observatório da Agricultura Familiar, um instrumento importante que proporciona capilaridade onde mecanismos normais como o IBGE/Censo nem sempre têm acessibilidade.

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) é um levantamento contínuo dos preços de um conjunto de produtos alimentícios considerados essenciais. A PNCBA foi implantada em São Paulo em 1959, a partir dos preços coletados para o cálculo do Índice de Custo de Vida (ICV). Os itens básicos pesquisados foram definidos pelo Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de

1938, que regulamentou o salário mínimo no Brasil e está vigente até os dias atuais. O Decreto determinou que a cesta de alimentos fosse composta por 13 produtos alimentícios em quantidades suficientes para garantir, durante um mês, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta. Os bens e quantidades estipuladas foram diferenciados por região, de acordo com os hábitos alimentares locais.

A pesquisa mostra ainda os preços médios, o valor do conjunto de produtos e a jornada que um trabalhador precisa cumprir para adquirir a cesta. Os dados permitem a todos os segmentos da sociedade conhecer, estudar e refletir sobre o valor da alimentação básica no país.

Agrotóxicos

O Ministério da Agricultura formalizou dia 21/5 o registro de mais 31 agrotóxicos. No ano todo, já são 169 produtos autorizados. O número de defensivos aprovados no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos três anos, fato que preocupa ambientalistas e profissionais da saúde. Em 2015, foram 139. Em 2018, 450. Dos 31 agrotóxicos registrados, 29 são produtos técnicos equivalentes, ou seja, reproduções de princípios ativos já autorizados, sendo três do polêmico glifosato, associado a um tipo de câncer em processos bilionários nos Estados Unidos.

Governadores contra as armas

Governadores de 14 estados (MA, DF, PI, PE, CE, PB, ES, BA, RN, AL, SE, AM, PA e TO) preparam carta contra o decreto de Bolsonaro que ampliou o porte de armas no país. Eles pedirão na carta, que Executivo, Judiciário e Legislativo que atuem pela “imediata revogação” do dispositivo. No documento, “julgamos que as medidas previstas não contribuirão para tornar nossos estados mais seguros. Ao contrário, terão impacto negativo na violência, aumentando a quantidade de armas e munições que poderão abastecer criminosos e os riscos de que discussões e brigas entre nossos cidadãos acabem em tragédias”.

Bandeira tarifária mais cara

A Aneel aprovou dia 21/5 um reajuste elevando custos extras gerados pelo acionamento das bandeiras tarifárias na conta de luz. O mecanismo, que aumenta custos quando há menor oferta de energia, agora poderá resultar em um adicional de R\$ 6 a cada 100 kwh quando no patamar vermelho nível 2, o mais crítico. Antes, o valor era R\$ 5. Já a bandeira vermelha nível 1 passará a um adicional de R\$ 4,00/100kwh. A bandeira amarela vai gerar adicional de R\$ 1,50/100kwh, contra R\$ 1 de antes.